



ENSINO

**Direito da Água abre espaço a pós-graduação na Universidade clássica**



É um bem público a que os cidadãos têm direito e é também um bem colectivo que cabe ao Estado preservar. De que se fala? No caso em apreço, da água e do enquadramento jurídico que condiciona as suas múltiplas utilizações. Fala-se do Direito da Água, um tema amplo que servirá de “chapéu” ao curso pós-graduado que Instituto de Ciências Jurídico-Político, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organiza a partir do próximo sábado.

“O curso aborda as diversas dimensões jurídicas – e nalguns casos económicas – do bem público que é a água”, evidencia Mark Kirkby (na foto), sócio da Sérvulo & Associados e um dos responsáveis pela coordenação científica da pós-graduação.

Mas a que nos referimos em concreto quando nos reportamos ao Direito da Água? De acordo com este docente universitário, fala-se aqui “do direito a um serviço público universal de abastecimento de água e sobre os modelos, formas e regras de organização e fruição desse serviço”. Mas também se convoca “o direito à água como dimensão do direito ao ambiente constitucionalmente consagrado”, isto é, um direito a que o Estado assegure o aproveitamento racional dos recursos hídricos do País”.

Com coordenação científica dos docentes João Miranda, Ana Luísa Guimarães, António Leitão Amaro e Mark Kirkby, o curso, cujas inscrições estão ainda abertas, decorrerá ao longo de 25 sessões semanais e terá a sua conferência inaugural, já com as aulas a decorrer, a 29 de Março, subordinada ao tema “Perspectivas de evolução futura do sector da água”.

O encerramento do curso será a 26 de Junho, com participações de Jaime Melo Baptista, presidente do Conselho Directivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e de Pedro Afonso Paulo, secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território. Entre os temas que serão leccionados nesta pós-graduação do ICJP estão os modelos de governação dos serviços públicos de água, os recursos hídricos e o ordenamento do território, o domínio público hídrico, a contratação pública no sector da água e o regime económico-financeiro dos recursos hídricos.

De acordo com Mark Kirkby, “o curso dirige-se a um leque alargado de profissionais, quer do sector público, quer do sector privado, que diariamente são confrontados com os diversos e por vezes complexos regimes jurídicos ligados a estas temáticas”. JM

Curso aborda dimensões jurídicas – e nalguns casos económicas – do bem público que é a água.

**MARK KIRKBY**  
Sócio da Sérvulo & Associados